

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DO PORTO

ANTROPOLOGIA APLICADA

PELO

Prof. A. A. MENDES CORRÊA

Director do Instituto.

SUMÁRIO:—Conceito e hierarquia da Antropologia, valor dos seus métodos. As suas aplicações e as perspectivas destas. A Antropologia em História, Sociologia e Política. Antropologia artística. Tipos e individualidade. O estudo da criança das escolas. Antropologia profissional. Antropologia militar. Antropologia clínica; a importância médica da técnica antropométrica; alguns índices de robustez; tipos de morfologia clínica e combinações morfológicas individuais; o valor dos estigmas. A ineficácia do actual regimen penal e o estudo do criminoso. A Antropologia em medicina legal e policia científica. O ensino da Antropologia. Conclusão.

A *Antropologia* é um ramo da História Natural que consiste no estudo físico e psíquico do Homem *sob o ponto de vista comparado*, isto é, comparando-o com os outros animais e comparando os vários tipos humanos (actuais e fósseis) entre si.

Há muitos ramos científicos que se ocupam do Homem e dos agrupamentos humanos. Há muitas *ciências antropológicas*. Pertencem a êsse número a Anatomia, a Fisiologia, a Psicologia e a Patologia humanas, a História, a Economia Política, a Sociologia, etc. Mas a Antropologia nem engloba tôdas essas ciências nem é englobada em qualquer delas. Constitui uma ciência indi-

vidualizada, distinta, embora receba importantes subsídios dalguns desses ramos de saber, aos quais aliás também fornece, a seu turno, valiosos elementos.

Não são de estranhar uma tal colaboração e algumas afinidades de métodos e propósitos, numa época, como a nossa, em que a Físico-Química, a Química-Física, a Protistologia, etc., estão demonstrando a unidade fundamental da Ciência e do Universo e a dificuldade em atribuir uma rigidez de compartimentos estanques às antigas classificações das ciências, evidenciando que estas são afinal quadros mais ou menos artificiais em que o conhecimento humano decompõe as suas noções duma realidade una.

A Antropologia está na base e na cúpula de todos os estudos que se referem ao Homem. Define a posição deste no mundo vivo, estabelece a pluralidade das formas humanas, e ousa ainda tentar o esclarecimento dos transcendentales problemas das origens, tendo já conseguido derramar luz sobre muitas questões relativas ao homem primitivo e à formação dalguns povos.

A nobreza do seu objecto, a amplitude e elevação do seu programa, conferem-lhe sem hesitação um dos lugares primaciaes na hierarquia das ciências. Esta não deve medir-se por um mesquinho critério de utilidades e aplicações imediatas. Um dos aspectos deploráveis do nosso tempo está exactamente no predomínio dado por muitos aos interesses materiais e às considerações utilitárias, em detrimento duma transcendente sistemática, duma cultura superior do espírito e dos mais elevados valores morais.

Mas comete um erro grosseiro e revela profunda ignorância todo aquele que supõe a Antropologia um ramo de estudos meramente especulativos, abundante em dissertações filosóficas, em vagas conjecturas e em estatísticas tão aparatosas como desprovidas de real utilidade.

Relativamente aos problemas das origens — da origem do Homem e da origem dos povos e das raças — há, de facto, des-

proporção entre a soma colossal de esforços desenvolvidos e a massa restrita das aquisições positivas.

Mas análoga desproporção se observa também na Física e na Química quanto às teorias sobre a constituição íntima da matéria e natureza de formas variadas de energia, na Astronomia quanto às origens dos mundos, na Biologia geral sobre muitos problemas, como a origem e natureza da vida, as relações genealógicas das formas vivas, a questão tão sugestiva e transcendente do mecanismo íntimo da hereditariedade... Análoga desproporção existe emfim, na Medicina, em questões de etiologia e patogenia de muitas doenças, sobre o mecanismo de acção de muitos agentes terapêuticos, etc. e ninguém ignora que só à dedicação e perseverança postas pelos médicos na sua cruzada em favor da humanidade enferma, se deve que a confiança ganha em alguns êxitos haja prevalecido sobre o desânimo que os frequentes insucessos dos esforços clínicos, as imperfeições de diagnóstico, e a incapacidade preventiva e curativa num elevadíssimo número de casos, sugeriram a muitos.

Abstraindo, porém, do que nela há de conjectural e vago, não faltam na Antropologia as aquisições positivas e úteis. O emprego do método estatístico, tão caluniado, apresenta grandes vantagens, desde que seja feito com um critério seguro, que acompanhe o investigador desde a colheita cuidadosa das observações até à coordenação e interpretação dos resultados.

O método estatístico é um método científico, baseado na aplicação de processos matemáticos rigorosos. Condená-lo, mesmo desprezá-lo, é uma atitude ignara e nociva. O que todos devem condenar é o seu emprego *ilegítimo*, o seu emprego sem discernimento crítico, sem consciência do diverso valor dos resultados, sem o conhecimento sequer dos mais elementares processos do cálculo das probabilidades e das variações.

Tôda a *média* deve ser acompanhada do respectivo *erro pro-*

vável ou do chamado *desvio padrão* (*standard deviation*) da série. São elementos que permitem ajuizar do valor estatístico daquela, da maior ou menor homogeneidade da série, da maior ou menor variabilidade do carácter estudado.

A diferença entre as médias de duas séries não tem significação estatística se não fôr pelo menos o triplo do *desvio padrão da diferença* ou do seu *erro provável*, elementos que se determinam, como os anteriores, por fórmulas do cálculo das probabilidades.

Da falta dessa análise crítica dos resultados estatísticos derivam as contradições encontradas, por exemplo, em tratados de anatomia, sobre certos caracteres. É que os autores generalizaram médias e diferenças que não tinham o necessário valor estatístico. Deram importância a pequenas diferenças numéricas de médias ou erigiram estas últimas sobre um pequeno número de casos.

Como em tôdas as sciências histórico-naturais, a *indução* é o método que a lógica estabelece à Antropologia. Da observação e comparação de casos individuais extrai-se a regra geral. Ora o que é indispensável é que essa generalização se efectue sobre um número *suficiente* de observações individuais, *realizadas conscienciosamente* e utilizadas com sólida crítica. Sem isto, a generalização, a indução, não é legítima.

Ora, à Antropologia não escasseiam materiais e resultados colhidos em tais condições. O que é lamentável é que se confundam no ânimo público e até no mundo científico essas contribuições de real valor e uma multidão de trabalhos levados a efeito por pesquisadores mal preparados para a sua tarefa ou obnubilados por apriorismos sectários. O rigor e a segurança dos resultados estão na razão directa do valor dos métodos e do rigor da sua aplicação. É incrível a ligeireza com que mesmo muitos espíritos cultos se esquecem desta verdade elementar e entram em jôgo com materiais cujos fundamentos não cuidaram de analisar previamente.

*

* *

Dissemos que não escasseiam na Antropologia as aquisições positivas e úteis. Assim é, e devemos acrescentar que ela presta mesmo relevantes serviços por muitas das suas aplicações práticas.

Tem-se feito rasgada fantasia no que se refere à utilização de dados antropológicos para a solução de questões de história, sociologia e política. Alguns supuzeram ingenuamente que êsses problemas encontram sempre soluções simples, e não faltou quem, com indevido unilateralismo, visse na *raça* o factor essencial e a explicação primária das directrizes dos acontecimentos históricos e da evolução das sociedades humanas.

Ora nem tais problemas são redutíveis a fórmulas tão simplistas, nem os estudos antropológicos tinham chegado já a um desenvolvimento tal que dêles fôsse possível extrair muitos dos resultados sobre os quais se pretendeu apoiar tão apressadas conclusões.

Além disso, em poucos domínios do saber humano pulularão tanto como na história e na sociologia os facciosismos perniciosos e as ideas preconcebidas. Não foi de estranhar que se tivesse chegado, por exemplo, a procurar fundamentar a ambição imperialista dos pangermanistas numa pretensa *Antroposociologia* ⁽¹⁾, que atribuía ao dólico-loiro nórdico tôdas as virtudes e hegemonias, outorgava ao índice cefálico uma significação que êle nunca poderia ter, e ousava até formular supostas *leis*, em que os mais

(1) Mendes Corrêa, *Raça e Nacionalidade*, Pôrto, 1919, pág. 9 e segs.; *Os problemas da análise etnológica*, «Rev. da Fac. de Letras do Pôrto», Pôrto, 1922, págs. 1 e 3 do extr.

complexos factos económicos, antropogeográficos, etc. apareciam ligados, em relações simples, exclusivas e categóricas, com êsse índice e com a raça. Assim se desacreditou o próprio nome de Antroposociologia, a tal ponto que em 1920, na sessão inaugural do Instituto Internacional de Antropologia, em Paris, propuz, e foi aceite, que se designasse por *Psico-sociologia étnica* o ramo de estudos antropológicos que procuram as relações entre os factos psico-sociais e a constituição antropológica dos povos ⁽¹⁾.

Porque, sem dúvida, tais relações existem. E é necessário procurá-las. Mas não são, repetimos, relações *simples, exclusivas*, como se pretendeu. O estudo da índole, da actividade, das qualidades morais, do valor social, etc. dos diferentes povos mostra-nos diferenças profundas que não podem ser consideradas funções do meio físico, de circunstâncias históricas ocasionais ou outras quaisquer, mas que são seguramente atribuíveis à diversidade da respectiva composição antropológica, à diversidade de raça. Ora na origem de toda a medida importante de administração pública ou de fomento deve encontrar-se um conhecimento tanto quanto possível perfeito das características psico-sociais das populações a que essa medida diz respeito.

Em política e economia coloniais sobretudo, em vista da variedade de aptidões, costumes, tendências, etc., das raças indígenas, o estudo científico destas constitui uma indispensável tarefa preliminar, do mesmo modo que se reclama também naturalmente, na administração e fomento das colónias, o conhecimento prévio do território e dos seus recursos e condições naturais.

A Alemanha, antes da guerra, puzera em execução êste plano racional, relativamente às suas colónias. Em Inglaterra, sir William

Ridgeway preconizou perante a British Association a fundação dum *Bureau of Anthropology*, que procedesse ao estudo sistemático do Homem e auxiliasse o administrador e o legislador, o comerciante e o missionário ⁽¹⁾. E justo é pôr em relêvo a brilhante iniciativa do México — onde, como noutros países americanos, se acotovelam e cruzam os representantes de raças muito diversas —, que instituiu no Ministério do Fomento uma *Dirección de Antropologia*, da qual já teem saído valiosos estudos sôbre populações actuais e antigas do território.

Pelo que diz respeito ao nosso país, a tarefa está apenas iniciada, e não por um organismo oficial instituído expressamente, mas pela boa vontade de investigadores isolados, muitas vezes desacompanhados de qualquer auxílio e estímulo, ou pelo esforço, também mal amparado financeiramente, de institutos universitários de investigação científica, entre os quais devem mencionar-se, para os estudos coloniais, os de Antropologia e Anatomia da Universidade do Pôrto. Há trabalhos antropológicos portugueses sôbre indígenas de Angola, Moçambique, Índia e Timor. Escusado é enaltecer a sua importância como títulos a apresentar porventura em pleitos internacionais em tôrno dos nossos direitos aos territórios coloniais, que tantas vezes somos acusados de não utilizar devidamente.

Por muitos motivos — afinidades de sangue, de língua, de história, mesmo de interêsses — cabe perguntar se no Brasil, na grande nação, que atesta brilhantemente o esforço colonizador dos portugueses, estudos desta natureza teem sido levados a efeito intensamente. O Brasil é, como com verdade se tem dito, um colossal laboratório de etnogenia. Ali se entrechocaram e, em

⁽¹⁾ *Os problemas da análise etnológica*, op. cit., pág. 1, nota 2; e «Revue Anthropologique», Pôrto, 1920, pág. 240.

⁽¹⁾ W. Ridgeway, *The application of zoological laws to Man*, «Nature», vol. 78, London-New York, 1908, pág. 53.

parte, se fundiram elementos antropológicos de muito diversas proveniências, brancos europeus, negros africanos, índios aborígenes, e nessa massa heterogénea incidiram as acções modeladoras dos meios novos e surgiram tipos variados de mestiços, os mulatos (mixtos de raça branca e negra), os mamelucos (mestiços de raça branca e índia) e os cafusos (de negra e índia), com numerosas modalidades intermédias, os pardos, os fulos, etc.

O estudo dalgumas populações aborígenes do Brasil tem sido realizado por investigadores nacionais e estrangeiros, avultando os trabalhos de Lacerda, Peixoto, Hansen, Ehrenreich, Farabee, etc. sobre os restos prehistóricos de Lagoa Santa e dos *sambaquis* e sobre índios actuais do interior do país, especialmente da Rondônia, região a cujo estudo ligou o seu nome ilustre de naturalista o sábio director do Museu Nacional do Rio de Janeiro, sr. Prof. Roquette Pinto. Tem êste eminente antropólogo recolhido numerosos materiais para o conhecimento científico da população brasileira, em cujo estudo tem marcado também um lugar de subido relêvo o brilhante escritor dr. Oliveira Viana, autor da *Evolução do povo brasileiro* e das *Populações meridionais do Brasil*.

Procurando relacionar os dados antropológicos com as características psicológicas e sociais, com a história, com a política e com a economia, o dr. Oliveira Viana tem desenvolvido o esforço máximo de sistematização e crítica perante as nossas possibilidades no estado actual da sciência em tão complexo terreno. Os seus livros são afirmações dum grande espírito, dum perfeito equilibrio, duma extraordinária cultura e dum belo patriotismo. No domínio puro de antropologia, representam a utilização criteriosa e feliz, com as naturais reservas, de todos os materiais existentes e dispersos e, além disso, as linhas essenciais dum formidável programa de pesquisas, cuja efectivação criará, a bem dizer, uma nova sciência. A composição antropológica do povo brasileiro (no seio do qual, como me escreve com a maior autori-

dade, o Prof. Roquette Pinto, se formaram não *um* ⁽¹⁾, mas *vários* tipos, «alguns estáveis e fortes»), o eugenismo dos diferentes elementos componentes, o valor psico-social desses elementos e dos produtos da sua mestiçagem, o papel do meio físico e social na evolução daquele povo, são (entre muitas outras) questões postas admiravelmente em equação nos seus livros e artigos pelo dr. Oliveira Viana, que assim está no Brasil rasgando amplos horizontes a um dos mais importantes domínios da Antropologia aplicada.

A Antropologia geral ainda encontra fortes dificuldades para, na análise etnológica, discriminar o que é atribuível à influência de cruzamentos ou à influência do meio. Multiplicam-se os pareceres dos autores sobre a classificação das raças puras, sobre o modo de transmissão e a repartição dos caracteres dos progenitores nos descendentes, sobre as características fisiológicas, psicológicas e sociais dos mestiços relativamente às raças originárias, sobre a extensão e fixidez das modificações de origem mesológica ⁽²⁾.

Nessas condições, os dados antropológicos tem de ser criteriosamente utilizados em estudos sociológicos e políticos, sem o que se corre o risco de cometer graves e perniciosos erros ou dar margens a uma fantasia superficial e vã.

A atitude científica, no estado actual dos nossos conheci-

(1) No seu notável artigo *O tipo étnico brasileiro*, («Terra de Sol», n.º 9, Rio de Janeiro, 1924, págs. 340 e 342), o dr. Oliveira Viana diz que um tipo resultante da fusão das raças originárias da população brasileira está muito longe de se formar, porque há ainda «grossos contingentes» dessas raças em estado puro e, na verdade, o território brasileiro é «de norte a sul, do litoral aos sertões... um prodigioso laboratório de etnogenia, onde se está elaborando a mais variada colecção de tipos antropológicos até hoje conhecida entre povos civilizados».

(2) Mendes Corrêa, *Os problemas da análise etnológica*, op. cit.; *L'hérédité mendélienne et l'analyse ethnologique*, «Natur und Mensch», Berne, 1922.

mentos, não deve ser nem a de Chamberlain na *Gênese do século XIX*, confiante em excesso tanto na latitude do factor raça como no que das raças se supõe saber, nem a recente, diametralmente oposta, de Spengler, que se propõe fazer a execução formal dêsse factor, na sua interpretação pretensamente ascientífica da História, e indevidamente confere à *casa* um valor semeótico histórico superior ao da morfologia somática, comparando erroneamente aquela à concha dos Moluscos e negando com exclusivismo inadmissível o valor e uma evolução das raças e dos caracteres antropológicos (1).

Os inquéritos de Davenport, de Fischer, de Frets, Kaarlo Hildén, Byrn, Holbé, da escola de Antropologia de Paris, etc. não nos deram ainda com certeza as expressões numéricas da hereditariedade nos cruzamentos, e aconselham reserva nas ilações genéricas sôbre o valor psicológico e social dos mestiços, inferiores às raças puras segundo Gobineau, Knox, Perier e outros, pelo contrário superiores segundo o barão de Reitzenstein e os partidários americanos da miscegenação — anomalias transitórias segundo a teoria da diversidade fisiológica dos cruzamentos, de Broca, ou produtos duma eugenesia absoluta das raças, no critério de Quatrefages.

Como êste problema, outros esperam ainda solução definitiva e segura, e assim, se não podemos concluir pela possibilidade de, desde já, se reduzir a uma explicação antropológica a filosofia da História, não devemos também supor nulo o interêsse histórico e sociológico da Antropologia. Basta ter em conta a utilidade das simples constatações empíricas da Antropologia cultural, que tão preciosos elementos pode fornecer sôbre a índole e as aptidões das raças.

(1) Oswald Spengler, *La decadencia de Occidente*, trad. Morente, 2.ª parte, vol. III, Madrid, 1926, págs. 171, 183, etc.

*

* *

A Antropologia artística é um dos ramos mais sugestivos da ciência antropológica. Mostrámos recentemente, numa conferência na Universidade de Coimbra (1), como são grandes os serviços que os estudos antropológicos podem prestar na elaboração e na própria interpretação da obra de arte.

Muitos *cânones* antropométricos, muitas mensurações do corpo humano, foram estabelecidos no objectivo de guiar o artista que se propõe representar a figura humana. Os antigos egípcios utilizavam o cânon de proporções chamado de Lepsius, que Broca verificou identificar-se com um tipo de negro do Sudão. Entre os gregos divulgou-se o cânon de Policeto de Argos e entre os romanos o de Vitruvius. Com o Renascimento e nos tempos modernos muitos outros padrões surgiram, entre os quais um designado mesmo por *cânon dos ateliers*. E não faltaram algumas medidas, como o ângulo facial de Camper, inspiradas na necessidade de corrigir defeitos de representação artística de alguns tipos étnicos.

Mas não é só na elaboração das obras de arte que a Antropologia pode prestar reais serviços. Ela ainda é útil na sua interpretação, quer elucidando-nos sôbre as diferentes concepções étnicas da figura humana através do tempo e do espaço, quer permitindo a identificação de personagens ou de tipos representados pelos artistas.

Cumprê notar que, reciprocamente, a Arte tem também fornecido materiais à investigação antropológica. Mencionámos na aludida conferência, além de outras, as tentativas de utilização de

(1) Mendes Corrêa, *A Antropologia nas suas relações com a Arte*, Pôrto, 1925.

materiais dessa ordem feitas por Charles de Uffalvy, Salomon Reinach, Júlio Tello, e por nós mesmos.

A colaboração do antropólogo e do artista deve ser freqüente. Dela resultam mútuos benefícios. Ainda numa recente monografia antropológica sobre Islandeses ⁽¹⁾ se refere o parecer valioso dum artista sobre os tipos de raça representados nessa população e respectivas percentagens. É como, no domínio da Antropologia cultural, ainda mais se acentua o valor duma tal colaboração!

*

* *

Se a Antropologia social e política se refere a grupos étnicos, a povos, a grandes massas humanas, a Antropologia pedagógica, a Antropologia profissional, a Antropologia criminal, a Antropologia judiciária, a Antropologia clínica, embora tendo como ponto de partida séries numerosas de observações e interessando naturalmente às colectividades, dizem respeito sobretudo a indivíduos isolados, para cujo estudo fornecem métodos, classificações, materiais. A *individualização* está na base dessas aplicações, nas quais os tipos ideais, as normas genéricas, figuram apenas como instrumentos auxiliares na pesquisa da *realidade individual*.

Para o verdadeiro educador não há uma criança teórica, mas crianças tôdas diferentes umas das outras. Para o criminologista e para o jurista, que estão dentro das modernas orientações, não existe *um* tipo de criminoso, mas existem *criminosos*.

Para o médico, é já um lugar comum dizer-se que não há doenças, mas doentes.

Nestes ramos de ciência aplicada, o caso individual, a *individualidade*, readquire o seu valor, os seus direitos, a sua complexidade essencial, a sua especificidade, as suas características próprias, perante as fórmulas abstractas e perante as concepções sintéticas. A pedagogia, a criminologia, a medicina, cada vez mais intensamente proclamam a desigualdade natural dos seres humanos e a necessidade de, perante cada caso, pautar a atitude educativa, correccional, profilática e terapêutica pelo seu condicionalismo e índole especial. Só essa atitude é científica e pragmática. Só essa atitude se coaduna com a verdade biológica e com a utilidade individual e colectiva.

A Antropologia pedagógica ou escolar confunde-se com a *Pedologia*. É tôda uma ciência, rica de materiais e de perspectivas fecundas e sugestivas. Nenhuma criança deve freqüentar a escola sem ser observada a miúdo, sob o ponto de vista médico-antropológico, e êste exame, que deve envolver todos os aparelhos do seu organismo, será a base para a escolha do regimen educativo a adoptar.

A colaboração do médico-antropologista e do professor deve ser permanente e efectiva. Ela constituirá para as gerações futuras uma garantia melhor de eficiência social e de bem-estar do que tôdas as reformas políticas de devaneadores legisferantes. Os Itard, os Séguin, os Bourneville, os Wiazemski, os Binet, os Godin, os Claparède, são beneméritos da Humanidade a mais justo titulo do que os maiores capitães da História.

Não se suponha que para o referido exame bastam os conhecimentos usuais do médico. Êste tem, para tal efeito, de se munir duma preparação antropológica especial, técnica antropométrica necessária, alguns métodos de psicologia experimental, certos conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança e sobre

(1) Gudmundur Hannesson, *Körpermasse und Körperproportionen der Isländer*, Reykjavik, 1925 (anal. de Van Gennep in «*Mercure de France*», t. CLXXXVII, Paris, 1926, pág. 700).

variações sexuais, etárias, étnicas, sociais, etc., da sua morfologia e da sua psicologia.

Poucos médicos escolares possuirão uma tal preparação. Poucos terão ouvido falar, por exemplo, nos resultados tão interessantes de Rowe, Strong, Loades, Pyle, Saffioti, etc., sobre diferenças mentais entre crianças de várias raças. Poucos terão tido notícia dos trabalhos de Pyle e Niceforo sobre as importantes diferenças somáticas e psíquicas em crianças de várias classes sociais. Estou em crer que a muitos, a quasi todos, faltarão mesmo noções essenciais de técnica antropométrica, que só nos laboratórios especializados se aprendem devidamente, e nunca em leituras mais ou menos superficiais de livros omissos em detalhes, ou mesmo por vezes nada exactos.

No Instituto de Antropologia da minha direcção, teem sido levados a efeito vários trabalhos de Antropologia escolar. Êle forneceu fichas médico-antropológicas para alguns estabelecimentos de ensino, e tomou a iniciativa de questionários, um aos alunos dos liceus, nos moldes aproximados dum inquérito feito pelo Príncipe Wiazemski nos liceus búlgaros de Sofia, e outro, endereçado aos professores primários, sobre delinquência escolar (1). Além disso, como trabalhos do Instituto, a sr.^a D. Laura da Silva Passos fez uma série de investigações sobre a estatura, a braça e o índice esquelico em 150 crianças das escolas primárias do Pôrto; mais tarde, as sr.^{as} D. Raquel C. Fernandes Braga e D. Elvira Arriscado Nunes trataram da estatura, de pé e sentado, do pêso, e dos índices esquelico e bórico em 527 crianças, de ambos os sexos, das escolas primárias do Pôrto; a sr.^a D. Maria Amália da Costa Lima ocupou-se da estatura, pêso, perímetro torácico, perímetro do braço, coeficiente de robustez de Pignet e

(1) Mendes Corrêa, *Inquéritos escolares*, «Educação Nova», Pôrto, 1925.

valor numérico de Messerli em crianças também das escolas primárias do Pôrto; a sr.^a D. Irene Cândida de Melo Pestana averiguou do grau de agudeza visual em crianças de ambos os sexos, da cidade e do campo, encontrando curiosas diferenças; ultimamente o sr. Fernando Macedo Chaves procedeu a investigações de psicologia experimental também em crianças das escolas, em Braga e no Pôrto, em número de 180 casos. Cabe mencionar os estudos por nós mesmos feitos em crianças delinquentes da Tutoria da Infância desta cidade (1).

*

* *

A Antropologia profissional é também um ramo aplicado da maior importância económica e social. O antropologista não abandona os seus observados à saída da escola. Acompanha-os à oficina, ao trabalho industrial. Auxilia o diagnóstico das aptidões, a avaliação da robustez, a determinação duma orientação profissional. É imprescindível numa organização científica do trabalho, sendo muito desejável que ela não interviesse apenas na escolha da profissão e na admissão dos candidatos, mas acompanhasse o exercício da actividade profissional, sobretudo em organizações, das quais fazem parte serviços muito variados, formas muito diversas de trabalho, como, por exemplo, nas empresas ferro-viárias.

Há interessantes estigmas profissionais (2). Há também modi-

(1) Mendes Corrêa, *Crianças delinquentes*, Coimbra, 1915. Sobre a importância da Antropologia escolar, vid.: Bettencourt Ferreira, *Antropologia escolar—Inspeção da criança*, «Educação Social», 1, Lisboa, 1924, págs. 231 e 262.

(2) J. Bettencourt Ferreira, *Estigmas profissionais*, «Educação Social», Lisboa, 1925.

ficações que a idade e o próprio trabalho vão provocando na capacidade para o exercício da profissão.

É um corolário lógico do taylorismo a apreciação dessas modificações e das conseqüentes alterações do regimen de trabalho, no sentido de se obter o máximo conveniente de esforço útil (que está longe, segundo Coulomb, Imbert e outros, do *esforço máximo*) sem os perigos dum *surmenage* progressivo e dum rápido aniquilamento da capacidade individual.

O fisiologista e o engenheiro que, em feliz cooperação, ajuizam das condições de trabalho e procuram estabelecer a sua índole e o seu ritmo, no objectivo do maior rendimento, mas sem as perigosas conseqüências da fadiga e sem prejuízo da normalidade do organismo humano, devem entrar em linha de conta com elementos antropométricos e doutras ordens (como diferenças étnicas de capacidade e energia profissional) cuja análise reclama certos conhecimentos antropológicos — está no domínio da Antropologia.

Jacob Moleschott escreveu que o homem é aquilo que come, — «*Man is what he eats*» —, e nessa orientação, houve quem tentasse explicar exclusivamente pelos regimens e rações alimentares a diversidade de aptidões, tendências e actividades de Chineses, Esquimós, Europeus, Negros, etc. (1).

É certo que a quantidade e composição dos alimentos determinam em grande parte o rendimento e mesmo as faculdades do organismo humano ao qual êles fornecem a energia. Mas a utilização desta varia com a idade, com o sexo, com a saúde, com o clima, com a raça, com a actividade, com os próprios indivíduos. Poderá mesmo dizer-se que muitas vezes o regimen alimentar é

(1) Rudolph M. Binder, *Man is what he eats*, «*Scientific American*», New-York, 1925, pág. 374.

em grande parte a expressão das necessidades estabelecidas por um mecanismo interno auto-regulador. Excluídos os casos patológicos de anorexia, bulimia, etc., o homem não procura no quadro das possibilidades do mundo exterior, isto é, com as limitações dos recursos naturais e das condições económicas, as matérias alimentares que o seu organismo exige automaticamente, regulando também automaticamente, dentro das referidas possibilidades, as quantidades respectivas. Dêste feitio, é menos justificado dizer-se «o homem é aquilo que come» do que, feitas as restrições indicadas, «o homem come segundo aquilo que é — e precisamente porisso». Não se explica doutro modo, por exemplo, a preferência dos intelectuais pelos alimentos excitantes do sistema nervoso.

A questão económica da mão de obra é essencialmente um problema de Antropologia fisiológica, em que a individualidade, com a sua constituição, com o seu temperamento, com o seu quimismo celular, com o seu metabolismo próprio, proclama bem alto os seus direitos e põe em cheque mais uma vez as fórmulas exclusivistas ou genéricas, fornecendo assim o motivo não só da diversidade das rações alimentares, propostas como racionais pelos fisiologistas, mas também doutras inúmeras divergências de parecer que neste campo pululam. Não é possível a *standardização* da chamada «máquina humana», como é a de dínamos, automóveis, ou outros maquinismos da engenharia.

Falando na Antropologia profissional (1), é cabido dizer-se que no seio de certas profissões tem também, reciprocamente, colhido a Antropologia geral valiosos materiais. As fábricas, por

(1) Sobre o estudo da orientação e a avaliação da capacidade profissional, vid., por exemplo: René Laufer & Paul-Boncour, *Sur le rôle du médecin et la fiche médicale au point de vue de l'orientation professionnelle*, «*Rev. Anthr.*», XXXIII, Paris, 1923, pág. 285; *Remarques sur le contrôle biométrique de l'enfant en vue de l'orientation générale professionnelle*, id., XXII, 1922, pág. 402; Paul Godin, *Étude des caractères morphologiques et fonctionnels, révélant la capacité vitale et la capa-*

exemplo, fornecem grandes massas de indivíduos para estudos antropológicos despidos mesmo dum objectivo estritamente profissional. Utilizaram-se *sujets* dessa proveniência em alguns trabalhos de investigação levados a efeito no Instituto que dirijo, como, por exemplo, no da sr.^a D. Bela de Agrela, sobre uma série de 100 observações para determinação do *canon* antropométrico da mulher portuguesa, que poderá ser pôsto em paralelo com o *canon* masculino, determinado pelo sr. Germano S. Pimenta, em trabalho que sai do mesmo Instituto, sobre cerca de 200 observações. Tais cânones, levados a efeito segundo a técnica de Martin, utilizada também recentemente por A. Rott no seu estudo da mulher alemã⁽¹⁾, estavam por obter. Havia apenas os cânones infantis, determinados por Alves dos Santos⁽²⁾ sobre mensurações de várias proveniências, e as médias antropométricas sobre 25 casos, fornecidas por Ferraz de Macedo para confronto dos seus resultados sobre criminosos⁽³⁾.

Mais freqüentemente ainda do que nas oficinas e nas fábricas se buscam nos quartéis as longas séries de *sujets* para observações antropológicas. Importantes estudos antropológicos de Livi, em Itália, de Collignon, em França, de Sanchez Fernandez, em Espanha, de Fonseca Cardoso, em Portugal, e tantos outros, foram levados a efeito sobre soldados. Durante a grande guerra os

cité professionnelle aux divers âges, dans les deux sexes et dans les différentes races, id., XXXI, 1921, pág. 329; Matiegka, *La capacité de travail du corps humain*, id., pág. 331; o livro de Claparède da biblioteca Flammarion sobre diagnóstico das aptidões; etc., etc. Sobre a orientação profissional de mutilados, dei algumas breves indicações bibliográficas no meu artigo *Taylorismo e reeducação profissional*, «Portugal Médico», Pôrto, 1917.

(1) A. Rott, *Körperbaustudien an deutschen Frauen*, «Anthrop. Anzeiger», III, Munich, 1926, pág. 39.

(2) Alves dos Santos, *O crescimento da criança portuguesa*, «Bol. Bibliogr. da Univ. de Coimbra», III, Coimbra, 1916.

(3) Ferraz de Macedo, *Crime et criminel*, Lisbonne, 1892.

enormes contingentes humanos que se mobilizaram, forneceram óptimos mananciais de estudo. Recordemos, por exemplo, os trabalhos de Biasutti⁽¹⁾ sobre prisioneiros croatas, eslovenos, húngaros e romenos e de Egon von Eickstedt sobre prisioneiros de batalhões indianos⁽²⁾ e as investigações de Hirschfeld⁽³⁾ em centenas de soldados, relativamente às suas reacções hemáticas. Pelo que diz respeito à Antropometria, convem não esquecer que durante a idade militar o homem está ainda em pleno crescimento, o que levou os antropólogos, como, por exemplo, Deniker⁽⁴⁾, a propor correcções a algumas medidas obtidas, a fim de que elas possam ser tomadas como correspondentes a uma fase adulta de completo desenvolvimento.

Entre nós, além dos trabalhos de Fonseca Cardoso, a que já fizemos alusão, e doutros investigadores, fundaram-se na população dos quartéis estudos vários do nosso Instituto, como os que efectuámos na Beira Alta⁽⁵⁾, as investigações inéditas do sr. Simeão Nunes Vitória sobre a orelha em 112 soldados⁽⁶⁾, os estudos do

(1) Renato Biasutti, *Osservazioni antropologiche su prigionieri di guerra (Croati, Sloveni, Ungheresi e Romeni)*, «Arch. per l'Antr. e la Etnol.», vol. LI, Firenze, 1923.

(2) Egon von Eickstedt, *Zur Anthropologie der Garhwali im Himalaya*, «Mitteil. der Anthrop. Gesellschaft in Wien», LVI, Wien, 1926.

(3) L. Hirschfeld & M.^{me} Hirschfeld, *Essai d'application des méthodes sérologiques au problème des races*, «L'Anthropologie», t. XXIX, Paris, 1918-19. Já há muitos outros trabalhos deste género, quasi todos fundados na observação de militares. Vid. sobre o assunto meu artigo *As tentativas bioquímicas de definição da raça e do individuo* (na «Águia», Pôrto, 1926).

(4) J. Deniker, *Les races de l'Europe*; II, *La taille en Europe*, «Congrès de Lyon de l'Ass. Franç. pour l'Avanc. des Sc.», Paris, 1908.

(5) Mendes Corrêa, *Contribuição para o estudo antropológico da população da Beira Alta*, «Anais Scient. da Acad. Polit. do Pôrto», t. X, Coimbra, 1915; *Sobre o índice nasal na Beira Alta e um crânio desarmónico beirão*, id., XII, Coimbra, 1917; *Antropologia da Beira Alta*, «Instituto», Coimbra, 1917.

(6) Mendes Corrêa, *Curso de Antropologia na Universidade do Pôrto — Trabalhos dos alunos*, Pôrto, 1923, pág. 13.

sr. José Afonso Botelho da Silva Branco em Traz-os-Montes ⁽¹⁾, as observações serológicas da sr.^a D. Adélia Seirós da Cunha em cerca de 500 soldados dos quartéis do Pôrto ⁽²⁾, os estudos de dinamometria e coeficientes de robustez realizados em 317 soldados de Braga pelo sr. dr. João Fernandes de Freitas ⁽³⁾.

Já em 1892 Rocha Peixoto, salientando a actividade de Fonseca Cardoso, vivamente aconselhava a utilização das guarnições militares com objectivo antropológico ⁽⁴⁾. Aurélio da Costa Ferreira, por ocasião da guerra europeia, publicava uma conferência demonstrando as vantagens da Auxanometria militar ⁽⁵⁾ e num artigo na «Medicina contemporânea» dava úteis instruções aos médicos militares sobre o emprêgo dos coeficientes de robustez, da dinamometria, da ergometria, de certos processos de psicologia experimental e de classificação morfológica, no serviço das juntas de inspecção médica militar, quer para o recrutamento de manebos, quer para selecção de candidatos a aviadores, etc. ⁽⁶⁾.

*

* *

Mas não é apenas ao médico escolar, ao médico de estabelecimentos industriais ou ao médico militar que interessa fundamentalmente o conhecimento da Antropologia geral pelos serviços

(1) Mendes Corrêa, *Curso de Antrop.* etc., op. cit., pág. 22.

(2) Constituirá o assunto duma tese de doutoramento.

(3) Tese de doutoramento, ainda não impressa.

(4) A. A. da Rocha Peixoto, *A Anthropometria no exército*, «Revista Militar», XLIX, Lisboa, 1897, pág. 97. Aí veem citadas as publicações anteriores do mesmo autor sobre o assunto.

(5) A. Aurélio da Costa Ferreira, *Auxanometria militar*, «Arquivo de Anatomia e Antropologia», vol. III, pág. 207, Lisboa, 1917.

(6) Id., *Antropologia Militar*, «Medicina Contemporânea», Lisboa, 1916.

positivos que presta na colheita e interpretação de dados essenciais das suas tarefas. Esse ramo de saber é necessário, dum modo genérico, a todo o médico, aos clínicos sem excepção.

Assim o entendeu a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, dirigindo-se às Faculdades de Medicina do país no sentido de obter a inclusão do ensino da Antropologia geral no quadro dos estudos médicos, podendo fazer parte dos preparatórios médicos com tão justo título como a Botânica ou a Zoologia ou ser mesmo colocado depois do ensino da Anatomia e da Fisiologia, o que seria talvez pedagogicamente mais eficaz. A tal instância respondeu apenas a Faculdade de Medicina do Pôrto, que concordou em princípio, afirmando, porém, a dificuldade prática de pôr em execução tal projecto. Mas na Faculdade de Medicina de Lisboa já foi instituído em tempos um curso livre de Antropologia anatómica, confiado ao Dr. Aurélio da Costa Ferreira, e na recente reorganização dos estudos da Escola Médica de Gôa figura a Antropologia numa disciplina, conjuntamente com a Medicina Legal.

A técnica antropométrica deve ser do conhecimento exacto do médico ⁽¹⁾. Não faltam as modalidades nosográficas em que as medidas se impõem, quando à simples vista não surgem as variações métricas de valor semeológico. As mensurações são interessantes em pediatria, nas doenças do crescimento, na acromegalia, no mixedema, na tuberculose (onde, segundo Chavigny, citado por Costa Ferreira, a pesagem periódica fornece um tão precioso elemento de diagnóstico precoce), etc. Ora antropometria, sem escolha criteriosa de medidas a efectuar, sem fixação rigorosa de

(1) Sobre o assunto, vid.: Walter Scheidt, *Anthropometrie und Medizin*, «Müncher Med. Wochenschrift», Munich, 1921, pág. 1653; e os trabalhos, adiante citados, do Prof. Martin.

pontos de referência, sem aparelhos adequados, sem precauções técnicas de vária ordem, não é... nada.

Pretender com uma fita métrica qualquer medir o comprimento dos segmentos dos membros, ignorando ao mesmo tempo os pontos de referência fixados e as atitudes convenientes dos observados, e não tendo feito uma selecção criteriosa das mensurações a efectuar, de acôrdo com as listas estabelecidas pelos Congressos e tratados especiais e adoptadas por observadores cujos dados podem ser utilizados em confrontos, é... tempo inteiramente perdido numa tarefa inutil e illusória.

Para o estudo das proporções do corpo, das dimensões cefálicas, das dimensões do tronco e dos membros, é necessário tomar como base de trabalho as instruções dos Congressos Internacionais de Mónaco e de Genebra, ou as fornecidas por Martin no seu grande tratado ou nos seus resumos (1).

A robustez pode ser apreciada pela utilização do *coeficiente de Pignet*, que modificado por Mayet, é expresso pela fórmula:

$$R = E - \left(P + \frac{p_i + p_e}{2} \right)$$

em que E é a estatura expressa em cm., P o pêso expresso em kgr., p_i e p_e respectivamente os perímetros torácicos mamilares à inspiração e à expiração (em cm.). Quanto mais baixo fôr o valor de R , maior deve ser a robustez. Para êste coeficiente foi dada a seguinte classificação: menos de 10, constituição muito forte; de 11 a 15, forte; de 16 a 20, boa; de 21 a 25, média; de 26 a 30, fraca; de 31 a 36, muito fraca; de 36 para cima, péssima. Esta

(1) R. Martin, *Lehrbuch der Anthropologie in systematischer Darstellung*, Iena, 1914. Os resumos veem adiante citados.

classificação não é adoptável para crianças, nas quais os coeficientes são mais altos do que nos adultos (1).

O chamado *valor numérico de Messerli* é dado pela expressão

$$V = B - R$$

em que B é o perímetro do braço no meio (em cm.). Contrariamente ao que sucede com o coeficiente de Pignet (R), êste valor exprime uma robustez tanto maior quanto mais elevado fôr.

No estudo já referido e saído do Instituto de Antropologia da minha direcção, sôbre os coeficientes de Pignet e Messerli e a dinamometria em 317 soldados dos regimentos de Braga, o seu autor, dr. João Fernandes de Freitas, concluiu por dizer que a determinação do coeficiente de Pignet dispensa a do de Messerli, afirmando também que as indicações dinamométricas, muitas vezes falseadas por imperícia ou propósito dos *sujets*, teem, por isso mesmo, menos valor do que aqueles índices na apreciação da robustez física.

É muito interessante também o *índice ponderal de Röhrer* ou *índice bário* (*Index der Körperfülle*), cujas variações etárias, sexuais, sociais, raciais, etc. pareceram de grande importância a Giuffrida-Ruggeri (2), Bardeen e outros autores:

$$I = \frac{P \times 100}{E^3}$$

(1) Ao coeficiente de Pignet foi oposta a objecção de que envolve medidas duma ordem muito diversa, como são a estatura e o pêso. Mas o mesmo sucede com o índice de Quetelet e outros, em que se não entra em linha de conta com êsse facto, não se elevando a estatura ao cubo ou extraindo a raiz cúbica ao pêso. O coeficiente de Pignet tornou-se de uso corrente.

(2) V. Giuffrida-Ruggeri, *L'indice bario. La microbaria dell'adolescencia, l'allobaria sessuale e proposta di classificazione*, «Archivio di Fisiologia», XVI, 1917-1918; id., *L'indice bario in certe sezioni di popolazione e nei due sessi*, «Rivista di Antrop.», XXIII, Roma, 1919.

Para os adolescentes de ambos os sexos, Giuffrida considera de índice bórico deficiente os que tenham menos de 1,20, baixos os de valores intermédios entre 1,21 e 1,25, médio os de 1,26 a 1,30, bom de 1,31 a 1,35 e ótimo de 1,35 para cima. As duas primeiras categorias constituem a microbária, a terceira a mesobária e as duas últimas a megabária. A microbária grave e prolongada depende das condições de nutrição, escreve Giuffrida, e o índice bórico pode considerar-se um novo índice das condições de alimentação boa, suficiente ou escassa.

Para os adultos, propoz a seguinte classificação:

	♂	♀
Microbária	X — 1,33	X — 1,43
Mesabária	1,34 — 1,40	1,44 — 1,50
Megobária	1,41 — X	1,51 — X

Mas, entre os adultos, a microbária aparece frequentemente como um carácter de raça.

Os estudos feitos no nosso Instituto pelas sr.^{as} D. Raquel Fernandes Braga e D. Elvira Arriscado Nunes sobre mais de 500 crianças portuguesas de ambos os sexos permitirão ajuizar das variações etárias do índice bórico entre nós.

Aquele autor italiano, como outros, pôs também em evidência o valor antropológico do *índice esquelico* ⁽¹⁾, obtido dividindo pela estatura de pé o produto da estatura sentado por 100.

A classificação proposta para este índice, é a seguinte:

	♂	♀
Macrosquélia	X — 51,0	X — 52,4
Mesatisquélia	51,1 — 53,0	52,5 — 54,4
Braquisquélia	53,1 — X	54,5 — X

⁽¹⁾ V. Giuffrida-Ruggeri, *Documenti sull'indice schelico*, «Rivista di Antrop.», XX, Roma, 1916; *L'indice schelico nei due sessi*, id., XXI, Roma, 1916-1917.

É um índice excelente para ajuizar das proporções relativas do tronco (e cabeça) e dos membros inferiores. Os braquisquéllicos, por exemplo, teem o tronco e a cabeça relativamente longos e os membros inferiores curtos. Mas estas proporções, como outras, variam muito com a raça. Nos portugueses adultos calculei sobre os dados de Ferraz de Macedo em 25 observações o índice esquelico médio de 51,6, mesatisquéllico, muito próximo da média espanhola de Sanchez Fernandez, 52,1. Dêste índice em cerca de 700 crianças portuguesas se ocuparam, no nosso Instituto, como já foi dito, as sr.^{as} D. Laura Passos ⁽¹⁾, D. Raquel Braga e D. Elvira Arriscado Nunes.

Não exporemos o processo de Matiegka para o cálculo — com o objectivo da selecção profissional — da eficiência física, baseado numa avaliação dos pesos dos músculos, do esqueleto e da pele, tecido adiposo, etc., avaliação feita sobre elementos métricos variados e mediante alguns coeficientes ⁽²⁾. É um método extremamente laborioso, estes coeficientes são ainda duvidosos, e os resultados obtidos muito problemáticos. Não exporemos também muitos outros índices propostos para a apreciação da robustez e desenvolvimento geral do corpo ⁽³⁾.

Para ajuizar das proporções das partes do corpo, sob o ponto de vista médico, muitas outras mensurações são necessárias. Rudolf Martin, num artigo sobre Antropometria no «*Müncher medizinischen Wochenschrift*» ⁽⁴⁾ aconselhava, além do pêso e esta-

⁽¹⁾ Mendes Corrêa, *Curso de Antropologia na Universidade do Pôrto — Trabalhos dos alunos*, Pôrto, 1922, págs. 12 e 13.

⁽²⁾ Jindrich Matiegka, *The testing of physical efficiency*, «*Amer. Journ. of Phys. Anthr.*», IV, Washington, 1921, pág. 223.

⁽³⁾ Podem estudar-se alguns em: R. Martin, *Anthropometrie — Anleitung zu selbständigen anthropologischen Erhebungen un deren statische Verarbeitung*, Berlin, 1925, pág. 21 e segs.

⁽⁴⁾ R. Martin, *Anthropometrie*, «*Müncher medicin. Wochenschrift*», n.º 11, págs. 383-389, Munich, 1922.

tura, as seguintes, para cuja determinação fornecia as regras indispensáveis: Altura, acima do solo, do chamado ponto supra-esternal; altura do symphision, no meio do bordo superior da sínfise púbica, (também acima do solo, como as alturas seguintes) ⁽¹⁾; altura do acrómion direito; altura da entrelinha articular radio-humeral direita ⁽²⁾; altura da extremidade da apófise estilóidea do rádio direito ⁽³⁾; altura da ponta do dedo médio direito ⁽⁴⁾; a altura da espinha ilíaca antero-superior direita; a altura do rebordo articular interno da cabeça da tíbia direita ⁽⁵⁾; a altura da ponta do maléolo interno direito ⁽⁶⁾; a braça; altura do busto ou estatura sentado; largura entre os dois acrómions; largura entre as duas cristas ilíacas; largura bitrocantariana; diâmetros sagital e transverso do torax; largura da mão direita; largura do pé direito; comprimento do pé direito; perímetro do pescoço; perímetros torácicos em repouso, na inspiração e na expiração; perímetro mínimo da cintura; perímetro máximo do braço direito; perímetro máximo do antebraço direito; perímetro mínimo do mesmo; perímetro máximo da coxa; perímetro máximo da perna; perímetro mínimo da mesma; circunferência horizontal da cabeça; diâmetro antero-posterior máximo; diâmetro transverso máximo; diâmetro frontal mínimo; largura bizigomática; largura bigoníaca; altura total da cabeça ⁽⁷⁾; altura morfológica da face; altura auricular; largura e altura do nariz. Algumas destas medidas permitem a determinação de índices importantes, como o cefálico e o nasal.

⁽¹⁾ A diferença destas duas medidas dá a altura anterior do tronco.

⁽²⁾ A diferença entre esta medida e a anterior dá o comprimento do braço.

⁽³⁾ A diferença com a anterior dá o comprimento do antebraço.

⁽⁴⁾ A diferença com a anterior dá o comprimento da mão.

⁽⁵⁾ A diferença da medida anterior dá o comprimento da coxa.

⁽⁶⁾ A diferença em relação à medida anterior dá o comprimento da perna.

⁽⁷⁾ A estas últimas alturas não se refere o parêntesis que acompanha a menção da altura do symphision.

Ainda mais numerosas medidas são indicadas por Martin e por outros autores em diferentes trabalhos. Não entraremos sequer na sua menção, como não entramos na exposição da técnica e aparelhos adoptados para as já citadas. Fácil é compreender que o valor dos resultados está dependente do rigor com que uma tal técnica fôr executada. *Ninguém tente improvisá-la.* Correria o risco quasi certo de colher elementos falsos. Essa técnica tem de ser *meticulosamente* aplicada.

No nosso Instituto, a antropometria tem sido utilizada com um objectivo médico. Além de trabalhos em que tem surgido subsidiariamente e que são numerosos, cabe referir a série de investigações a que procedeu, para a sua tese de doutoramento em medicina, o sr. José Carlos Vieira Guedes sobre centenas de indivíduos do Pôrto, que se consagram a vários géneros de desportos. É uma base científica para a apreciação relativa destes sob o ponto de vista médico.

*

* *

Possuem hoje certa voga algumas noções da chamada *Morfologia médica*. Sigaud, Chaillou e Mac-Auliffe supuzeram fundada a classificação em quatro tipos morfológicos, o *cerebral*, o *respiratório*, o *digestivo* e o *muscular*, baseando-se em determinados caracteres correspondentes, a seu ver, ao meio e constituição biológica individual. Entre nós, estes pontos de vista encontraram o apoio dos drs. Aurélio da Costa Ferreira ⁽¹⁾ e Vítor Fontes ⁽²⁾, e nós

⁽¹⁾ Aurélio da Costa Ferreira, *Sobre alguns caracteres da norma anterior da cabeça*, «Arquivo de Anatomia e Antropologia», vol. II, Lisboa, 1914; id., *Antropologia militar*, op. cit., pág. 23 e segs. do extr.

⁽²⁾ Vítor Fontes, *Os tipos morfológicos humanos e a sua aplicação à medicina*, id., vol. IX, 1924-1925.

mesmos já os utilizámos na definição física dalgumas personagens⁽¹⁾.

Cada tipo é definido pelo seu aspecto geral, pela forma e dimensões da cabeça, do pescoço, do tronco e dos membros, e ainda por certas características funcionais.

Assim, no tipo *cerebral*, entre outros caracteres, é grande o desenvolvimento cefálico, predominando as dimensões do andar superior do crânio sobre as das outras regiões, o tronco é achatado, os membros são franzinos, e, funcionalmente, ao pequeno desenvolvimento dos músculos corresponde uma reduzida actividade muscular, ao passo que o sistema nervoso está sempre activo e procura excitações. O tipo cerebral apresenta propensão para certas doenças, tendo freqüentes nevralgias e entrando em delírio à menor elevação febril. Necessita duma distracção espiritual, de combater as propensões à vida sedentária, a uma alimentação insuficiente.

O tipo *respiratório* apresenta grandes dimensões relativas do andar médio da face, contôrno anterior desta de forma losângica, tronco e membros alongados, pequeno desenvolvimento muscular, uma grande intensidade funcional do aparelho respiratório, necessitando ambientes arejados, que o individuo chega a procurar em viagens e até num verdadeiro nomadismo. Encontram-se neste grupo muitos candidatos à tuberculose.

O tipo *digestivo* mostra um grande desenvolvimento relativo da região maxilo-mandibular, fronte estreita e baixa, contôrno anterior da cabeça e da face em triângulo de vértice para cima, olhos pequenos, lábios grossos, pescoço curto e gordo, tronco de torax curto mas de abdomen muito desenvolvido, membros curtos e gordos, activas funções alimentares, que aconselham uma higiene

adequada e que são propícios a incómodos digestivos e perturbações correlativas dos aparelhos circulatório e renal.

Emfim, o tipo *muscular* caracteriza-se por um desenvolvimento harmónico dos vários andares da cabeça, relêvos musculares uniformemente acentuados, tronco achatado posteriormente, abdomen pouco volumoso, membros longos e musculosos, grande actividade física, que, freqüentemente violenta e fatigante, conduz muitas vezes a perturbações cardíacas, artrites, reumatismo, gota, etc., sendo porisso conveniente regulá-la por uma higiene adequada, sem a comprimir a ponto de contrariar as próprias necessidades fundamentais da constituição individual.

Admitem-se *sub-tipos* e são numerosos os individuos de caracteres *mixtos*. Sem irmos a maiores detalhes na definição dos tipos acima indicados, registemos, porém, o parecer que sobre a classificação feita emite recentemente Dubreuil-Chambardel: « Estas distinções são subtis e não correspondem à realidade antropológica. Não teríamos falado delas se as tendências actuais dalgumas pessoas não se dirigissem para deduções práticas que pretendem tirar destes tipos morfológicos. Seria, em particular, singularmente imprudente utilizar esta morfologia facial para determinar a aptidão dos escolares para se dirigirem para êste ou aquele officio. Na realidade, os caracteres esqueléticos do crânio e da face são, repetimo-lo, essencialmente hereditários e étnicos e não individuais, em relação estreita com a braquicefalia ou a dolicocefalia. Não é senão em casos acidentais (compressões uterinas, perturbações tróficas, atrazo na aparição dos dentes, etc.) que a face e o crânio podem experimentar deformações que implicam conseqüências fisiológicas da respiração, da masticação e da linguagem »⁽¹⁾.

(1) Nun'Alvares por exemplo (Mendes Corrêa, *O retrato de Nun'Alvares*, «Revista dos Liceus», Porto, 1916, pág. 14 do extr.).

(1) Dubreuil-Chambardel, *Les variations du corps humain*, Paris, 1925, pág. 69.

No Congresso de Ciências Luso-Espanhol, em 1921, já o Prof. Américo Pires de Lima mostrara análoga orientação num estudo sobre o polígono facial, mas deve notar-se, em primeiro lugar, que a classificação morfológica patrocinada entre nós pelos Drs. Costa Ferreira e Vítor Fontes não se baseia apenas em caracteres faciais, nem tem um aspecto absoluto, desde que se admitem não só os tipos étnicos e hereditários, mas também as variedades dos tipos morfológicos e formas mixtas. Por outro lado, a crítica do valor daquela classificação não foi ainda feita sobre uma série numerosa de observações, obedecendo a um plano sistemático de apreciação do assunto.

Ora os exemplos apresentados no seu recente trabalho por Vítor Fontes não deixam de ser, em grande parte, impressionantes, e o próprio vulgo já há muito distinguia, dentro dos tipos étnicos, embora mais ou menos vagamente, alguns tipos físicos correspondentes a certas constituições individuais e determinadas predisposições mórbidas. Se muitos destes juízos são falíveis, podendo, por exemplo, um indivíduo de grande actividade e poder cerebrais ter um aspecto morfológico e doenças dum digestivo ou dum muscular, é porque as sistematizações científicas deste género são facilmente postas em cheque por pormenores imprevistos e mínimos da organização interna, da fisiologia individual ou de etiologia morbosa que se traduzem em conseqüências de grande peso, aparentes paradoxos ou contradições da biologia e da patologia. Um insignificante detalhe da estrutura ou funcionamento corporal, uma causa exterior quasi imponderável, podem determinar equilíbrios ou desequilíbrios orgânicos sem a menor relação aparente com o conjunto de caracteres utilizados na classificação do *sujeito*.

Deste feito, o problema da morfologia médica aparece-nos apenas mais complexo, mais inseguro, sem que isso signifique uma condenação *in limine* da classificação proposta por Sigaud e

pelos seus sequazes. Uma tal condenação só a ousarei formular, se a essa atitude me conduzirem as investigações numerosas e seriadas a que sobre a questão estou procedendo.

*

* *

O que ressalta claramente do exposto é que, como já temos acentuado, a *realidade viva* não está nos *tipos*, mas nos *indivíduos*.

O professor de clínica médica de Bolonha, Piero Benedetti, num recentíssimo artigo sobre orientações modernas da medicina clínica ⁽¹⁾, põe em justo relêvo a importância que nesta reveste o estudo da *individualidade*, na sua extrema complexidade morfológica, dínamo-humoral e psicológica. O primeiro destes três aspectos — escreve Benedetti — merece uma atenção particular, porque dêle recebeu a medicina constitucional a primeira e mais poderosa impulsão, de modo a chegar-se ao conhecimento de leis biológicas fundamentais. Á escola morfo-clínica de Pádua, dirigida por Achille de Giovanni, se deve um admirável esforço para o estudo da patologia das *constituições*, numa orientação de que o professor de Bolonha vê já em Hipócrates um remoto precursor ⁽²⁾.

Estabelecida a variabilidade dos indivíduos em torno dum tipo normal médio, é possível definir modalidades constitucionais que se escalonam numa disposição bipolar, para um e para outro lado daquele tipo.

De Giovanni, cujos estudos datam já de 1880, estabeleceu

⁽¹⁾ Piero Benedetti, *L'indirizzo odierno della medicina clinica: lo studio dell'individualità*, «Scientia», Bologna, 1926, pág. 173.

⁽²⁾ Sobre a medicina constitucional e suas relações com a Antropologia, vd. também: Dr. Eugen Fischer, *Anthropologie, Erblichkeitsforschung und Konstitutionslehre*, «Anthrop. Anzeiger», 1, Munich, 1924, pág. 188.

três combinações morfológicas; Viola, seu discípulo, elevou esse número a cinco tipos, entrando em linha de conta sobretudo com a relação entre o volume do tronco e a soma dos comprimentos dos segmentos dos membros. Últimamente o professor de Antropologia da Universidade de Bolonha, Fabio Frassetto, a quem se devem também importantes trabalhos sobre as relações numéricas entre o peso e a estatura nas várias idades, introduziu novos elementos na classificação dos tipos e combinações morfológicas, cujo número elevou consideravelmente, e ao mesmo tempo forneceu uma notação fácil e expressiva dessas variedades ⁽¹⁾.

Viola fundava-se sobretudo nas dimensões do tronco e dos membros, Frassetto acrescentou numa primeira classificação as da cabeça. Assim, começando por estabelecer três tipos constitucionais (*Microsplâncnicos, mesosplâncnicos e macrosplâncnicos*) segundo as dimensões do tronco, subdivide cada um desses tipos em três grupos morfológicos (*microcéfalos, mesocéfalos e macrocéfalos*), segundo as dimensões cefálicas, e em seguida cada um desses nove grupos morfológicos em três combinações (*micromélicos, mesomélicos e macromélicos*), segundo os valores dimensionais dos membros. Nesta classificação há, pois, ao todo, 27 combinações morfológicas, agrupadas em 3 tipos. A notação proposta por Frassetto consiste em atribuir a cada combinação uma fórmula, em que a primeira letra ou algarismo corresponde ao grau de desenvolvimento do tronco, a segunda ao da cabeça, a terceira ao dos membros. Assim, numerando progressivamente de 1 a 3 os graus crescentes de desenvolvimento, a combinação morfoló-

gica 321, por exemplo, significa macrosplâncnia, mesocefalia e micromelia. As fórmulas com 3 algarismos iguais correspondem a combinações harmônicas ou eurítmicas.

Sob o ponto de vista antropológico, Frassetto considera suficiente esta classificação, mas sob o ponto de vista clínico julga vantajoso decompor o que diz respeito ao tronco em duas partes, uma respeitante ao abdomen e outra ao torax, o que é bem fundamentado. Assim eleva-se de 27 a 81 o número de combinações morfológicas.

O desenvolvimento do abdomen permite a classificação de três tipos, micro-, meso- e macrosplâncnicos. Cada um destes subdivide-se, segundo o grau de desenvolvimento do torax, em três sub-tipos, os quais a seu turno se subdividem, como na classificação anterior, segundo os valores da cabeça e dos membros. A fórmula que, na notação de Frassetto, dá estas combinações morfológicas apresenta quatro algarismos. Um indivíduo com a fórmula 3213 por exemplo, terá o abdomen grande, o torax médio, a cabeça pequena e os membros compridos.

Mas Frassetto não fica por ahí. Entendendo que a classificação ternária em *micro-, meso- e macro-* é insuficiente, propõe uma classificação senária, segundo os valores relativos ao tronco, à cabeça e aos membros, que escalona em: muito pequenos (1), pequenos (2), médios inferiores à mediana (3), médios superiores à mediana (4), grandes (5) e muito grandes (6). Admite assim seis tipos constitucionais, baseados nas dimensões do tronco, e 216 combinações morfológicas. Aqueles seis tipos são designados *micromicrosplâncnicos, microsplâncnicos, hipomesosplâncnicos, epimesosplâncnicos, macrosplâncnicos e macromicrosplâncnicos*.

A notação é baseada nas mesmas regras das classificações anteriores, entendendo-se, porém, que os graus vão de 1 a 6 e não apenas de 1 a 3, e que, para a distinguir das anteriores, convém juntar à fórmula uma letra, por exemplo um S. Dêste modo a

(1) Fabio Frassetto, *Inspecção internacional da Infância e a classificação morfológica das crianças*, «Trabalhos da Sociedade Port. de Antrop. e Etnol.», 1, Porto, 1922; *Il numero e la varietà dei tipi costituzionali e delle combinazioni morfologiche individuali in antropologia e in medicina*, «Rivista di Biologia», IV, Roma, 1922.

fórmula 351-S significa um hipomesoplâncnico, macrocéfalo e micromicromélico.

Tão numerosas combinações distribuem-se entre as formas correspondentes ao maior desvio do tipo médio-normal. Há dois éctipos antitéticos, que Viola caracterizou muito bem: um o *habitus phthisicus*, microsplâncnico, longilíneo, heperevolutido, com predomínio do sistema da vida de relação representado pelos membros, com nutrição pobre e prevalência da desassimilação, eretismo nervoso, etc.; o outro, o *habitus apoplecticus*, macrosplâncnico, brevilíneo (1), com proporções próximas das infantis (hipoevolutido), com predomínio do sistema da vida vegetativa representado pelo tronco, com tendência à vida sedentária por falta de agilidade, com redução do consumo dos hidrocarbonados e conseqüente tendência à polisarcia ou à glicosúria, com excesso de assimilação, entorpecimento nervoso, etc.

Êstes dois éctipos interessam fundamentalmente o clínico. A sua constituição anatomo-funcional predispõe o primeiro para a magreza, à miséria orgânica, a uma insuficiente defesa contra os agentes patogêneos, à dispepsia, à clorose, à neurastenia, e outras nevroses, às viciações do aparelho genital na mulher, à escrofulose, aos abscessos frios, à tuberculose pulmonar; o segundo à adiposidade, ao artritismo, à diabetes, às doenças do aparelho circulatório, da pele e dos rins, aos estados congestivos.

(1) Segundo a *lei das alternâncias*, de Godin, o crescimento normal faz-se alternadamente em fases de aumento em comprimento e fases de desenvolvimento em largura. Êste ritmo perturba-se nas doenças do crescimento e, em geral, nas ectipias.

*

* *

Mais ampla talvez do que a concepção francesa da Morfologia médica, de Sigaud e dos seus sequazes, nos parece, assim, a da escola italiana de Morfologia clínica; comquanto, tendo com aquela certos pontos de contacto, surge-nos fundada não só numa tarefa científica sistemática e intensa como também em ideas muito justas sôbre a individualidade e sôbre as correlações anatomo-funcionais e morfo-patológicas. A morfologia clínica é essencialmente baseada nessas correlações do órgão e da função.

A Itália, que, numa época de naturais entusiasmos, nos deu os exclusivismos lombrosianos, aliás brilhantes e beneméritos pelas sugestões úteis que provocaram, forneceu-nos, numa fase de maior calma e disciplina, trabalhos metódicos em que uma crítica feliz deixou ver claramente o verdadeiro significado dalguns elementos de que não tinha sido dada uma interpretação justa.

A Escola referida de Morfologia clínica trabalha já nêsse ambiente sereno e fecundo: as suas combinações morfológicas (1), são sínteses amplas e coordenadas de caracteres, não apenas visões unilaterais e ilusórias de pormenores isolados, muitas vezes desprovidos da suposta significação, como Loth, numa análise crítica dalguns pretensos sinais constitucionais, mostra dar-se, por exemplo, com a *costa fluctuans*, que Stiller indicava como «um sinal clínico precioso de degeneração», quando não é senão um «sinal normal progressivo» (2).

(1) Pende já procurou as respectivas definições ou fórmulas *humorais*.

(2) E. Loth, *Teorie Konstitucionalismu a současně názory na normální stavbu těla lidského*, «Anthropologie», II, Prague, 1924, pág. 97 (Résumé).

Não quiere isto dizer que De Giovanni, Viola, Messedaglia, etc. não relacionem justamente detalhes, por vezes mínimos, da morfologia externa com anomalias patológicas de órgãos internos, como as proporções do esterno com anomalias cardíacas e aórticas, as dimensões externas do abdomen com o desenvolvimento do fígado, do estômago e do intestino, as desproporções da coluna vertebral com as localizações do mal de Pott, etc. (1).

Nos últimos anos do século XIX, em Roma, um discípulo do venerando Prof. G. Sergi, Giuffrida-Ruggeri, que depois se assinalaria como um dos mais eminentes antropólogos e estaria precisamente à frente duma corrente doutrinária oposta ao poligenismo defendido pelo Mestre, dá com firmeza e brilho os primeiros passos na investigação antropológica, estudando o valor e o significado dos caracteres degenerativos.

As ideias de Lombroso tinham alastrado por toda a parte, a noção da degenerescência estava em plena notoriedade científica, invadindo até os domínios da fantasia literária. Apoiado nos ensinamentos antropológicos, em que fôra iniciado por Sergi, e auxiliado pela ciência psiquiátrica de Mingazzini, Giuffrida examina grande número de degenerados no Manicómio Provincial de Roma

(1) A. De Giovanni, *Lavori dell' Istituto di Clinica Medica di Padova*, Milano, 1907-1914 (cit. por Frassetto). Entre nós, do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto, sob a direcção do Prof. J. Pires de Lima, tem saído numerosos trabalhos que põem em relevo a importância das anomalias anatómicas em medicina. (Vd., por exemplo: Hernani Monteiro, *A Anatomia portuense - Suas relações com a Clinica*, «Bol. Geral de Med. e Farm.», série IX, Bastorá, 1924; id., *A importância das anomalias anatómicas em Medicina interna*, «Portugal Médico», Porto, 1924; etc.). Na Clínica Médica da mesma Faculdade, os estudos de Giovanni fôram, por exemplo, aplicados em cardiometria por Aureliano Pessegueiro («Arquivos de Clínica Médica», dirigidos pelo Prof. Tiago de Almeida, t. I, Porto, 1925, pág. 241; A. Pessegueiro, *Cardiometria*, tese de doutoramento, Porto, 1921).

e elabora um trabalho de investigação e de crítica sobre o assunto que sai à publicidade em 1897 (1).

Cada estigma degenerativo é estudado sob os pontos de vista da sua significação zoológica, da sua correspondência com caracteres de raças inferiores ou com estados do desenvolvimento individual, e da sua frequência relativa nos sexos e nas diferentes psicoses. É possível assim, até certo ponto, estabelecer em moldes científicos precisos um conceito das relações da degenerescência psíquica e das suas formas variadas, leves ou graves, com sinais exteriores, apontados numa ordem arbitrária e sem uma fundada interpretação e hierarquização em muitos dos mais reputados manuais e tratados de patologia mental.

Na impossibilidade de registarmos agora as conclusões detalhadas do trabalho de Giuffrida para cada estigma e para cada psicose, diremos apenas que, em síntese, êle verificou: 1.º que os chamados *sinais pitecoides* figuram em predomínio no quadro somático correspondente às formas mentais mais graves pelo significado degenerativo (frenastenia, epilepsia, degenerescências psíquicas de Krafft-Ebing); 2.º as *asimetrias* tem medíocre significado degenerativo, abstraindo-se da epilepsia em que quasi constituem a «côr local»; 3.º o mínimo valor degenerativo pertence a sinais que Näcke chama verdadeiros *defeitos de estética* ou talvez *desordens de nutrição* puras e simples. «O atavismo, escreve ainda Giuffrida, prevalece nas formas mais graves, a atipia nas mais leves». A proporção dos sinais anormais aparece muito maior nas formas graves do que nas leves, como já afirmara Féré. E Giuffrida conclui: «Assim como os sinais anormais são esclarecidos pelo estado psíquico dos seus portadores, os estados psi-

(1) V. Giuffrida-Ruggeri, *Sulla dignità morfologica dei segni detti «degenerativi»*, «Atti della Soc. Romana di Antrop.», vol. IV, Roma, 1897.

quicos são, vice-versa, diagnosticáveis em certo modo pela qualidade e quantidade desses sinais ».

Fica assim bem expresso o valor semeótico desses estigmas, mas, do mesmo modo que se mostra como esse valor varia de estigma para estigma, também se torna clara a *necessidade de preparação antropológica para ajuizar de tal valor e da significação antrozoológica dessas anomalias*.

Infelizmente, no domínio da psiquiatria (como noutros domínios para outros sinais), continua ainda, dum modo geral, a incerteza na matéria e sobretudo o desinteresse por elementos mais seguros para a sua apreciação, como são os referidos de Giuffrida. Tenho o prazer de registar, porém, que em algumas teses de doutoramento em medicina levadas a efeito no Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Pôrto, já foram tomados em conta alguns dos curiosos resultados do falecido antropólogo italiano. Assim o dr. Costa Santos, no seu trabalho sobre o ângulo facial nos Portugueses, citou as percentagens do prognatismo constatadas por aquele autor em varias formas de patologia mental ⁽¹⁾. Também, estudando a frente nos Portugueses, o dr. Eduardo Valença citou, embora de passagem, as investigações de Giuffrida sobre anomalias da frente nas psicopatias ⁽²⁾, como a frente fugidia, a frente saliente, os seios frontais desenvolvidos.

*

* * *

A justa valorização desses estigmas tem um especial interesse em Antropologia criminal, onde cumpre defendermo-nos de pre-

⁽¹⁾ Miguel A. Cerveira da Silveira Costa Santos, *O ângulo facial nos crânios portugueses*, Pôrto, 1924, pág. 22.

⁽²⁾ Eduardo Valença, *A frente nos Portugueses*, Pôrto, 1925, pág. 28.

conceitos doutrinários, e onde o estudo médico-antropológico da personalidade de cada criminoso deve constituir a base científica para a acção defensiva e correccional a adoptar *para esse caso* ⁽¹⁾.

É oportuno salientar as imperfeições do regimen jurídico que não faculta à sociedade os elementos bastantes de defesa nos casos em que o exame pericial estabelece a irresponsabilidade por doenças mentais, mas também merece reparo o facto de se não exigir a intervenção do médico-antropologista em todos os casos de criminalidade, como se acha já estabelecido na legislação relativa à delinquência infantil, conquanto haja infelizmente, neste capítulo, grande distância entre o estatuído no papel e o realizado na prática.

Conceito *jurídico, político e social*, o crime é um facto *biológico* apenas como *acto*. Assim, o criminoso é indevidamente considerado sempre por muitos um ser biologicamente anómalo. Como Saldaña, chamamos *Antropologia criminal integral* ao estudo do homem, biologicamente normal ou anormal, considerado como actividade delinquente.

Todo o homem normal, todo o homem são, é dotado de capacidade criminal. Todos nós somos potencialmente criminosos natos. Mas há entre os criminosos uma alta proporção de anormais patológicos, embora possa não existir por vezes uma relação directa entre essas anomalias e o delito praticado. O estudo do delinquente reclama a abstenção de exclusivismos preconcebidos, re-

⁽¹⁾ No trabalho *Mendigos e criminosos* («Portugal Médico», Pôrto, 1919), afirmei a pluralidade de tipos de mendigos, paralela à de tipos de delinquentes, e demonstrei análoga necessidade de *individualização* da assistência segundo os resultados da observação de cada caso. O exame médico-antropológico do mendigo deve incluir a apreciação da sua validez, para efeito de utilização profissional, quando possível. De resto, é primacial distinguir os *chômeurs volontários* dos que o não são. Os tratamentos duns e doutros são naturalmente muito diversos.

clama que a Antropologia normal e a Medicina se dêem as mãos para o levarem a cabo eficazmente, *integralmente* (1).

No curso dos médicos-legistas, entre nós, há uma cadeira semestral de Antropologia criminal. Esta é um ramo aplicado da Antropologia geral, cujo ensino devia naturalmente preceder o da sua aplicação.

A classificação dos criminosos para o efeito da terapêutica penitenciária constituiu uma das questões postas no Congresso de Liège, de 1921, do Instituto Internacional de Antropologia. Do assunto se ocuparam em especial o dr. Galet, de Bruxelas, e o dr. Consiglio, de Roma. Nos seus trabalhos, estes autores recordam as classificações de Garófalo, Lombroso, Ferri, Laurent, Maxwell, Pollock, Ingegneros e outros, e propõem novas classificações fundadas num objectivo particular: o da selecção dos meios terapêuticos mais adequados para os tipos respectivos.

A ineficácia dos processos de selecção feita na actual jurisdição penal ressalta, clara, iniludível, eloqüentíssima, da proporção de reincidentes e da soma de condenações por estes sofridas. Já notámos o facto no nosso país (2). De 1903 a 1908 foram conde-

(1) Mendes Corrêa, *Antropologia criminal integral*, «Bol. do Inst. de Criminologia», v, Lisboa, 1925. O sr. Ernest Bertrand, illustre director da Penitenciária de Louvain, aplaudiu em termos muito penhorantes a doutrina desta conferência («L'Écrou», VII, n.º 2, Bruxelles, págs. 107 e 109), e o eminente professor de Criminologia da Escola de Antropologia de Paris, também lhe concedeu o seu aplauso, reclamando gentilmente a publicação duma versão francesa desse trabalho na «Revue Anthropologique» onde sairá brevemente. No «Archivio» de Antropologia Criminal, Psiquiatria e Medicina Legal, de Turim (1925, pag. 529), o illustre professor Carrara, amigo da tradição lombrosiana, discordou da distincção por mim feita entre a Antropologia Criminal propriamente dita e a Escola Italiana de Antropologia Criminal, mas, na essência, concordou com os pontos de vista expressos, acentuando haver apenas divergências resultantes de *equivocos verbais*.

(2) Mendes Corrêa, *Os criminosos portugueses*, 2.ª ed., Coimbra, 1914, pág. 54.

nados no continente, para 79.403 indivíduos que não tinham ainda sofrido pena alguma, 23.334 reincidentes. Dois sétimos da criminalidade teem por agentes indivíduos já condenados anteriormente. O dr. Galet (1) em 2.000 boletins criminológicos dos laboratórios das prisões de Bruxelas registou 1.146 reincidentes, com 6.605 condenações. Havia 75 com 20 condenações e mais. Dois tinham 50, e um 60 condenações!

!Mais havia a dizer, mas o que fica exposto dispensa comentários! Está provada claramente a insuficiência preventiva do nosso regimen penal, inclusive em países onde, como na Bélgica, são modelares alguns aspectos da organização respectiva. Não nos iludimos sobre os defeitos da natureza humana. Os homens não são anjos. O mal subsistirá sempre. Mas do mal o menos, e na luta contra o crime, obteríamos seguramente melhor êxito se em vez da rígida orientação jurídica da velha escola puzéssemos em prática um regimen judiciário e penal verdadeiramente científico, uma tarefa conscienciosa e positiva de saneamento moral.

Ora, numa tal empresa, a par de reformas sociais de variado alcance, figuram a profilaxia e a terapêutica criminais, inspiradas no conhecimento e na classificação médico-antropológica de cada delinquente e numa crítica séria da eficiência dos métodos penais empregados para os vários tipos estabelecidos.

Mas a Antropologia geral é ainda necessária noutras aplicações médico-legais. A Antropologia judiciária requer elementos importantes dessa sciência não só para os serviços de identificação antropométrica e dactiloscópica, duma tão flagrante utilidade

(1) Dr. Galet, *Classement des délinquants basé sur la thérapeutique pénitentiaire*, «Rev. Anthr.», t. XXXI, Paris, 1921, pág. 428. No mesmo número da revista (pág. 421) figura uma interessante nota do dr. Consiglio sobre a unificação internacional das fichas antropológicas dos delinquentes, além doutros trabalhos criminológicos dignos de atenção.

(sobretudo a segunda, que é dum grande rigor e dum significado cabal como prova jurídica), mas também para outros trabalhos de polícia científica, especialmente em centros cosmopolitas em que há a lidar com pessoas das mais diversas proveniências, indivíduos de raças e costumes muito diferentes ⁽¹⁾. Há uma etnografia criminal; a própria Antropologia cultural pode dar a chave de muitos problemas referentes a certas modalidades das manifestações criminais, guiando a polícia e a justiça na pesquisa e identificação dos delinquentes ⁽²⁾.

Os estudos a que nós mesmos temos procedido sobre os caracteres métricos dos esqueletos portugueses e muitos outros semelhantes, teem um aspecto de utilidade médico-legal, por exemplo como meios de diagnose do sexo ⁽³⁾.

De tudo o que fica dito, claramente se depreende que, se é inadmissível que a Antropologia geral não faça parte do quadro dos estudos dos médicos-legistas, mais ainda conviria que ela figu-

⁽¹⁾ A propósito notemos que no nosso país a criminalidade de estrangeiros está para o número destes que residem entre nós, numa proporção maior do que a de criminosos nacionais para o total da população. Vd. percentagens e razões do facto no meu livro *Os criminosos portugueses*, 2.^a ed., Coimbra, 1914, pág. 106.

⁽²⁾ Vd. Corre, *Ethnographie criminelle*, Paris, s. d.; e, sobre o internacionalismo dalguns delinquentes, gírias estrangeiras e nacionalismo dalgumas tatuagens, vd., por exemplo, entre outros, R. A. Reiss, *Manuel de Police Scientifique (Technique)* — 1 Vols et Homicides, Lausanne-Paris, 1911, págs. 27, 80, 91, etc.

⁽³⁾ Mendes Corrêa, *Osteometria portuguesa* (em publicação nos «Anais Scient. da Acad. Politéc. do Pôrto», desde 1918); *Sur quelques différences sexuelles dans le squelette des membres supérieurs*, «Comptes rendus de l'Académie des Sciences», Paris, 1921, pág. 317; *Os povos primitivos da Lusitânia*, Pôrto, 1924, pág. 330 e segs.; *As diferenças sexuais nos esqueletos portugueses*, «Congreso de Coimbra, Asociación Españ. para el Progr. de las Ciencias», t. VI, Madrid, 1925, pág. 29 e segs.; etc. Vd. também sobre o assunto: Betencourt Ferreira, *Questão de Antropologia na sua relação com a Medicina Legal*, «Arquivo de Medicina Legal», Lisboa, 1923.

rasse mesmo no curso geral de Medicina, pelo menos entre as disciplinas dos preparatórios F. Q. N.

Em 1922 escrevemos sobre o ensino daquela ciência as seguintes palavras que entendemos oportunas ⁽¹⁾: «Dadas as relações da Antropologia com a Biologia, a Geologia, a Anatomia, a Medicina, o Direito, a Sociologia, a Arqueologia, a História, etc., é evidente que o preferível seria que ela e certos ramos antropológicos, como a Prehistória, a Antropologia criminal, a Etnografia, etc., constituíssem um grupo ou secção autónoma no quadro das disciplinas das Faculdades de Ciências, podendo (ou melhor, devendo) ir ali frequentar êsses cursos alunos de Medicina, Direito e Letras. Êste ponto de vista foi defendido numa representação da Sociedade de Antropologia ao govêrno, cabendo registrar-se que algumas disposições do decreto referido (aquele que formou um sub-grupo distinto de Antropologia, nas Faculdades de Ciências) já são harmónicas com os desejos expressos nessa representação.

«A nosso ver, porém, em caso algum, a Antropologia geral deverá, nas Faculdades de Ciências, perder o seu carácter de ciência histórico-natural, para apenas revestir, por exemplo, o dum curso de índole filosófica ou sociológica sobre o Homem».

A transcendência e a complexidade de muitos dos problemas visados na Antropologia geral e aplicada devem constituir, não um motivo de desalento e renúncia nesse campo de investigações, mas antes um estímulo forte para prosseguir com denodo e perseverança no caminho já com êxito iniciado. O proveito real até agora obtido nessa tarefa é segura garantia de novas perspectivas fecundas.

O futuro da humanidade será incerto, precário e mesquinho,

⁽¹⁾ Mendes Corrêa, *Curso de Antropologia*, etc., op. cit., pág. 27.

emquanto o Homem se considerar a si próprio um enigma indecifrável e se curvar perante êsse mistério emocionante numa atitude deplorável de aniquiladora impotência ou de indiferença infecunda e criminosa. Mas o porvir não será melhor se, com vã e estulta soberanceria, êle se julgar senhor de todos os segredos e, desprezando as contribuições efectivas e humildes da sciência honesta e todos os conselhos da prudência, tombar irremediavelmente do alto do seu orgulho insensato no abismo tenebroso da sua miséria e da sua ignorância.
